



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**1ª Câmara Cível**

**Agravo Regimental nº 0002529-56.2014.8.17.0000 (0329928-1)**

**Agravante: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA CAVALCANTI**

**Agravado: BANCO ITAUCARD S/A**

**Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. DETERMINAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREJUDICADO, PORTANTO, A ANÁLISE DO PRESENTE AGRAVO REGIMENTAL. À UNANIMIDADE DEIXOU-SE DE CONHECER O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO POR SER DESERTO, TORNANDO PREJUDICADA A APRECIÇÃO DO PRESENTE AGRAVO REGIMENTAL.**

1. *Firmada a necessidade de justiça gratuita, seja em que momento for, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de assistência judiciária. Caso indeferida a gratuidade, deve-se abrir ao requerente oportunidade para o preparo* (AgRg no Ag 622403/RJ, 6ª T., Min. Nilson Naves, DJ de 06.02.2006). No mesmo sentido: REsp 731880/MG, 4ª T, Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.11.2005; RMS 19747/RJ, 3ª T., Ministro Castro Filho, DJ de 05.09.2005 e REsp 556081/SP, 4ª T., Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28.03.2005.
2. No presente caso, indeferido o benefício da justiça gratuita nos autos do agravo de instrumento e determinado o recolhimento das custas, no momento da interposição dos embargos de declaração deveria o recorrente ter juntado a comprovação do pagamento das custas, o que não foi feito.
3. Unanimemente, deixou-se de conhecer o recurso de agravo de instrumento por ser deserto, tornando prejudicada a apreciação do presente agravo regimental.

**ACORDÃO** - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Regimental nº 0002529-56.2014.8.17.0000 (0329928-1), em que figura como agravante **JOSÉ ALEXANDRE BATISTA CAVALCANTI** e como agravado **BANCO ITAUCARD S/A**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 03 de junho de 2014, à unanimidade de votos, **deixar de conhecer** o recurso de agravo de instrumento por ser deserto, tornando prejudicada a apreciação do presente agravo regimental, nos termos do voto do relator.

Recife, 03 de junho de 2014 (data da lavratura).

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
 Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0002529-56.2014.8.17.0000 (0329928-1)

Agravante: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA CAVALCANTI

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto por **JOSÉ ALEXANDRE BATISTA CAVALCANTI** em face de decisões terminativas de minha lavra.

Inicialmente, em sede de agravo de instrumento, indeferi a gratuidade processual requerida determinando o recolhimento das respectivas custas. Ressalte-se que por causa do aludido indeferimento não apreciei o mérito recursal.

Posteriormente, já em sede de embargos de declaração, e sem a juntada das aludidas custas, veio o embargante aduzir a existência de contradição na decisão anterior, sem nenhum aprofundamento, colacionando, novamente, toda a matéria de mérito, que não chegou a ser analisada.

Rejeitei integralmente os embargos, asseverando que eventual interposição de recurso contra aquela decisão teria como consequência a necessidade do recolhimento das custas processuais relativas ao agravo de instrumento anterior, sob pena de não o conhecer por deserção.

Por fim, de forma descabida, interpôs este agravo regimental, mais uma vez sem a juntada das custas processuais relativas, ainda, ao agravo de instrumento, tratando exclusivamente da matéria de mérito, sem nem, ao menos, abrir discussão sobre a gratuidade indeferida.

**É o relatório sucinto. Passo a votar.**

**Registro, de logo, que o presente agravo não comporta conhecimento, porquanto ausente requisito de admissibilidade recursal, qual seja o pagamento das custas processuais.**

No caso em exame, saliente-se que ***firmada a necessidade de justiça gratuita, seja em que momento for, não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de assistência judiciária. Caso indeferida a gratuidade, deve-se abrir ao requerente oportunidade para o preparo*** (AgRg no Ag 622403/RJ, 6ª T., Min. Nilson Naves, DJ de 06.02.2006). No mesmo sentido: REsp 731880/MG, 4ª T., Min. Jorge Scartezzini, DJ de 14.11.2005; RMS 19747/RJ, 3ª T., Ministro Castro Filho, DJ de 05.09.2005 e REsp 556081/SP, 4ª T., Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 28.03.2005.

Foi o que fez este relator quando analisou tal pleito e o indeferiu, determinando a juntada das custas. Determinação essa que deixou de ser cumprida pelo recorrente.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Observe-se que, indeferido o supracitado benefício, é obrigação da parte pagar as custas sob pena de não conhecimento do recurso.

Em sentido análogo, o Agravante violou o dispositivo do art. 511 do Código Processual Civil, que diz: "no ato da interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, sob pena de deserção".

No presente caso, indeferido o benefício da justiça gratuita nos autos do agravo de instrumento e determinado o recolhimento das custas, no momento da interposição dos embargos de declaração deveria ter juntado a comprovação do pagamento das custas, o que não foi feito.

Em tempo e em sentido análogo:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS GUIAS DE PREPARO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 511 DO CPC. DESERÇÃO.

1. A comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC, sob pena de preclusão, não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal.

2. Recurso especial improvido.

(REsp 733681/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 12/09/2005, p. 302)

Por consequência, não havendo outra saída, resta a este relator apenas deixar de conhecer o aludido recurso de agravo de instrumento, tornando prejudicada a apreciação do presente agravo regimental.

**É como voto.**

Recife, 03 de junho de 2014.

  
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator